

A cartografia como meio de conhecimento: cidades, viticultura e turismo – *posfácio* com pretensão a *interlúdio*

Mário Gonçalves Fernandes

Quando se reúnem textos já publicados, testemunhos de trabalho feito, parece adequar-se a transmutação do expectável *prefácio* em *posfácio*, onde se expliquem circunstâncias e articulações, se delineiem provisórias conclusões e se apontem caminhos e continuidades. É esse exercício que aqui se giza, com génese assinalada pela planta *De Guimarães*, encontrada em Budapeste, em 2005, e da qual, simbolicamente, se extraiu um “pedaço” para compor rosto a este livro.

No entusiasmo primordial de divulgação dessa planta, entre investigadores portugueses e brasileiros interessados na história da cartografia, assentou o primeiro passo para as cerca de duas dezenas de contributos que, ao longo de mais de uma década, foram apresentados por um grupo de investigadores, predominantemente do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), aos Simpósios Luso-Brasileiros de Cartografia Histórica (SLBCH), suporte e essência da presente obra.

Na conferência de Budapeste (*21st International Conference on the History of Cartography*, 2005), onde apresentamos o Engenheiro-Mor Manoel de Azevedo Fortes e o seu *O Engenheiro Portuguez (1728/1729)* como promotores, incontornáveis, da normalização da simbologia e dos elementos utilizados na cartografia portuguesa, fomos surpreendidos com a notável planta *De Guimarães*, mesmo se de forma indireta, através das fotografias apresentadas por Maria Dulce de Faria, da Biblioteca Nacional do Brasil, para cujo acervo a planta viajara, na primeira década de Oitocentos, no espólio da corte portuguesa, integrando o atlas factício “Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado”.

A planta *De Guimarães*, na altura provisoriamente atribuída ao século XVII, surgia como documento excepcional para uma cidade cuja planta conhecida mais antiga era de 1863/67. Reconhecendo o valor do documento, para Guimarães como para a cartografia urbana portuguesa, tratamos de encetar o respetivo estudo, desenvolvido no âmbito de projeto de investigação de pós-doutoramento denominado “A Planta de Guimarães da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro” e aprovado pela Fundação de Ciência e Tecnologia, sendo então possível ajustar a datação da planta *De Guimarães* para entre

1562 e 1570, confirmando-se, pelo conteúdo e rigor da representação, que se tratava de uma preciosidade cuja divulgação se impunha.

Aqui chegados, importa assinalar a hospitalidade e disponibilidade com que Maria Dulce de Faria e a sua equipe nos recebeu (a mim e ao Helder Marques), em meados de 2007, na cartoteca da Biblioteca Nacional do Brasil, bem como sublinhar a generosidade e o privilégio da orientação que me concedeu o Professor Maurício de Almeida Abreu, fundador do Núcleo de Pesquisa de Geografia Histórica do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e nome cimeiro da Geografia brasileira e da geografia histórica do Rio de Janeiro, cujo estudo iniciou pelo século XIX alargando-o, depois, aos primeiros séculos do período colonial, frutificando na *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, a sua última e extraordinária obra, publicada em 2010 e aqui evocada em jeito de homenagem póstuma e renovado reconhecimento.

Uma primeira divulgação da planta *De Guimarães*, a curiosos, estudiosos e técnicos locais, foi concretizada na oportunidade oferecida pela realização do *IV Congresso Histórico de Guimarães* (outubro de 2006, com atas de 2009), aprazando-se para mais tarde a divulgação entre os geógrafos portugueses, o que aconteceria no *VI Congresso da Geografia Portuguesa* (outubro de 2007) já depois, portanto, do contacto direto com a planta. Finalmente, a possibilidade de divulgação entre os estudiosos da história da cartografia, portugueses e brasileiros, apareceria com o anúncio da realização do *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, em 2009, em Ouro Preto, onde seria apresentada a comunicação cujo texto constitui o primeiro contributo deste livro.

A divulgação da planta “De Guimarães” teve, naturalmente, consequências, nomeadamente com a sua publicação, por iniciativa da Sociedade Martins Sarmiento (2009), numa reprodução útil, em papel, mas com dimensões questionáveis (aproximadamente 710 x 1340 mm) por não alcançarem as do original (834 x 1540 mm) apesar de pouco faltar para tal. Terá havido alguma razão de economia que desconhecemos e a mesma explicará a simplificação na atribuição da data para “c. 1569”, replicada por outros autores (José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos, 2013, p. 9), apesar de debaterem a datação, alargada, de 1562 a 1570, bem como a datação concordante, estreitada, de 1568-70, apontada por Rafael Moreira em email enviado a Dulce de Faria (informação do registro catalográfico da Biblioteca Nacional do Brasil), no pressuposto de o autor da planta poder ter sido Simão de Ruão e, eventualmente, se ter deslocado a Vila do Conde e a Guimarães entre esses dois anos.

Na verdade, a comparação das plantas de ambas as povoações, facilitada pela recente publicação do conjunto dos *Mapas do reino de Portugal e suas conquistas: catálogo do atlas factício de Diogo Barbosa Machado* (Rabelo, Marina de Lima, Org., 2016; *De Vila do Conde*, p. 61; *De Guimarães*, p. 62),

permite constatar que foram, certamente, obra do mesmo autor, aceitando-se, para estreitar o intervalo, referir 1568-1570 como datação possível e provável. De qualquer forma, a divulgação da planta De Guimarães tem frutificado, quer pela utilização na arqueologia local, quer pela potenciação em contexto académico, como testemunhado pelo número 33 da revista *Monumentos* (2013), nomeadamente pelos artigos de autoria de M. Mónica Brito, de Mário Fernandes e, principalmente, de José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos. Melhoraram, enfim, as condições para o usufruto da planta que entretanto passou a estar disponível em versão digital, de acesso livre, com visualização de excelente resolução: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1133141/cart1133141_1.html.

Concomitantemente, o *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica* (2009) foi encarado como contexto adequado e pertinente para a primícia divulgação de um projeto de investigação desenvolvido em estreita colaboração com Helder Marques e centrado no estudo da cartografia sobre a viticultura e a vinicultura, sendo “Cartografia da vinha e do vinho: da difusão do filoxera à estruturação das adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho, 1870-1950” a denominação escolhida para esta apresentação. No entanto, visando sublinhar a importância central do papel da cartografia como meio de conhecimento e intervenção, logo seria renomeada para “Cartografar para compreender: a viticultura portuguesa, da difusão do filoxera à estruturação das adegas cooperativas da Junta Nacional do Vinho”, aquando da subsequente publicação, em 2011, na revista *Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico*, da Universidade Federal de Minas Gerais.

A empatia e a confiança dos colegas brasileiros (da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal do Rio de Janeiro) atribuiu-nos a responsabilidade (conjuntamente com o Helder Marques e o Rui Tavares) de organizar o IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, no Porto e em 2011. Neste evento, que seria o maior SLBCH realizado até então (e até hoje), dar-se-ia continuidade aos contributos encetados (cartografia urbana e cartografia da vinha e do vinho) e seria iniciada a linha de cartografia e turismo, com a liderança de Luís Martins, assim ficando clarificadas as linhas que organizam os contributos de membros do CEGOT Porto a todas as edições dos Simpósios Luso-Brasileiros de Cartografia Histórica durante uma década (do III, em 2009, ao VIII, em 2019) e que estruturam o presente livro, testemunho e veículo para divulgação alargada.

No âmbito da linha da cartografia urbana, tem-se desenvolvido o aprofundamento da história da cartografia urbana em Portugal e da sua íntima relação com o planeamento urbano e o urbanismo, o que se consubstanciou numa exposição denominada “A Planta da Cidade do Porto do século XIX: cartografia e urbanismo”, sublinhando-se a importância maior do respetivo catálogo, bem como numa comunicação sobre as “Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926)” (IV SLBCH, 2011), na

qual se esboçou a possível estruturação de um mercado de levantamento e produção de cartografia urbana de base, posteriormente reafirmada pelo exemplo de Chaves (VIII SLBCH, 2019).

Simultaneamente, em 2011 e em simpósios subsequentes, assinalam-se contributos de Vasco Cardoso e da colaboração entre Rui Mealha e Mário Fernandes (com divulgação alargada à ICA - Proceedings International Cartographic Association, 2, 30, Tokyo, 2019), todos sobre “pedaços” da cidade do Porto e todos legíveis como exercícios de análise de morfogénese urbana ancorados na utilização, entre outros mas primordialmente, de documentos cartográficos antigos enquanto elementos essenciais definidores de processo metodológico para o reconhecimento e a conceptualização da intervenção em espaço público. No aprofundamento desta linha, apesar de outros contextos (como o do ISUF – International Seminary of Urban Form), assinalam-se também as colaborações com Rui Paes Mendes e de novo com Rui Passos Mealha, sempre assentes no privilégio metodológico da morfogénese e da cartografia antiga, com ambos sobre cidades moçambicanas (Nampula: Fernandes, M. e Mendes, R. P., 2021; cidade da Beira: Fernandes, M.; Mealha, R. P. e Mendes, R. P., 2016), com o segundo num percurso de conceção, reflexão e divulgação em torno de projetos de intervenção elaborados para áreas urbanas antigas, consolidadas ou em consolidação, de cidades portuguesas (Fernandes, M. e Mealha, R. P., 2021).

Na linha da cartografia da vinha e do vinho, foram tratados inúmeros documentos cartográficos distribuídos ao longo de aproximadamente um século (meados do século XIX a meados do século XX), tendo sido possível destringir (como sublinhado no VII SLBCH e repetido em divulgação à ICA - Abstracts International Cartographic Association, 1, 77, Tokyo, 2019) duas fases em que o uso da cartografia foi essencial. A primeira desenvolveu-se no dealbar do último quartel do século XIX, quando os levantamentos e publicações da cartografia de base necessária o permitiram, e prolongou-se até à queda do regime monárquico. A segunda iniciou-se com a afirmação política do Estado Novo e encerrou-se, sensivelmente, pela década de 1950.

Em qualquer das fases, considerados os seus objetivos, registaram-se três tipos de documentos: os de divulgação, essencialmente ilustrativos; os de tratamento de informação estatística resultante da avaliação de valores de produção; os de intencionalidade operativa, visando a monitorização. No primeiro tipo incluem-se os mapas elaborados para exposições internacionais, onde se procurava afirmar e divulgar a vocação natural do país para a cultura da vinha, onde se incluem os relativos às exposições de Londres (1874) e de Paris (1878) (abordados no IV SLBCH, 2011) ou as cartas desenhadas sob a direção de Cincinnato da Costa para a exposição de Paris (1900). No segundo tipo referenciam-se mapas como os de Gerardo Pery (1890), de José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes (1888/89) ou o mapa “Produção vinícola, 1935” de Amorim Girão (1941).

Releve-se, de qualquer forma, o terceiro tipo de mapas, no qual a cartografia se consubstancia enquanto instrumento privilegiado de monitorização e suporte ao planeamento, como é o caso dos mapas relativos à monitorização do combate ao filoxera (1890-1893), dos mapas de suporte ao planeamento da rede de adegas cooperativas, elaborados no início da década de 1950 pela Junta Nacional do Vinho (ambos os casos abordados no III SLBCH, 2009) ou ainda pela cartografia inserta nos dois volumes da “Contribuição para o Cadastro dos Vinhos Portugueses na Área de Influência da J. N. V.”, publicados em 1942, também pela Junta Nacional do Vinho (VII SLBCH, 2017).

Mais recentemente, entre demarcações vitivinícolas e cartografias e “em busca do(s) mapa(s) perdido(s)” (VIII SLBCH, 2019), analisaram-se os mapas conjecturais alternativos que o engenheiro-agrônomo Álvaro Moreira da Fonseca fez inserir na sua obra, em três volumes, publicada em 1949, os quais constituem um importante contributo cartográfico para o tema das demarcações Pombalinas (1757-1761).

Na linha cartografia e turismo, encetada por Luís Martins e contando depois, por sua iniciativa, com a colaboração de Mário Fernandes e de Helder Marques, a investigação desenvolvida, visando o conhecimento e enquadramento do contributo da cartografia para o desenvolvimento do turismo em Portugal, tem privilegiado o estudo das descrições e guias de viagem dos séculos XVIII e XIX e da respetiva cartografia, assim como, paralelamente, o tratamento de mapas temáticos específicos, individualizáveis e relativos a Portugal Continental, existentes no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e Google Books, acrescentando-se ainda, recentemente, uma abordagem preliminar do denominado Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP).

Assim, depois de num primeiro contributo Luís Martins ter demonstrado, a partir da análise do conteúdo dos guias Baedeker, a forte relação existente entre o crescimento dos guias de viagem, o aumento da cartografia neles incluída (em crescendo, quer de mapas quer de plantas, desde a década de 1840) e a divulgação das viagens, alargando a prática do “grand tour” para além do “tourist’ em formação” (IV SLBCH, 2011), sublinhar-se-ia depois a vulgarização da inclusão de mapas nos guias de viagem, na segunda metade do século XIX, nos de Baedeker como nos de Murray, clarificando um novo período, de informação mais seletiva e especializada, orientada para novos públicos, do “tourist” à média burguesia ascendente (VII SLBCH, 2017).

Paralelamente, procurando cruzar abordagens entre a cartografia e o turismo e mostrar a estreita relação entre a produção cartográfica, o conhecimento do país e o esforço pelo desenvolvimento, criando contextos de apelo à entrada de visitantes e ao turismo como instrumento de abertura de Portugal ao exterior, abordou-se e relevou-se a produção e difusão de cartografia dos inícios do século XX, a partir do tratamento do acervo digital dis-

ponível na Biblioteca Nacional de Portugal, que inclui, entre outros, o “Mappa de Portugal para o automobilismo” (1905), a “Carta de Portugal contendo as estradas de Macadam e caminhos-de-ferro” (1905), a “Carta de Portugal com a rede ferro-viaria, Principaes thermas e pontos de interesse a visitar” (1907) (VI SLBCH, 2015) e, evidentemente, também o «Mappa excursionista de Portugal» publicado pela Sociedade Propaganda de Portugal, em 1907 (V SLBCH, 2013).

Finalmente, iniciou-se (VIII SLBCH, 2019) a análise do Roteiro Turístico e Económico de Portugal (ROTEP), consubstanciado na produção de perto de duas centenas de publicações, a maioria com mapas retratando concelhos portugueses, mas também com representações supraconcelhias ou regionais, a exemplo do Algarve, Entre Douro e Minho ou o “Mapa dos arredores de Lisboa” e o “Viseu e Serra da Estrela”, produzidos a escalas menores. Publicados entre 1945 e 1977, visavam concretizar uma cobertura alargada do território nacional, tendo como principais objetivos a promoção turística e a informação económica sobre cada município representado, subjazendo-lhe uma certa pretensão científica sustentada pelo patrocínio de Amorim Girão, apresentado como “Ilustre Autor da ‘Geografia de Portugal’ e “Diretor da Faculdade de Letras de Coimbra”, o qual, de alguma forma, validava a pertinência e utilidade dos roteiros.

Naturalmente, outras cartografias também se nos impuseram, ora pela surpreendente fragilidade das opções cartográficas apresentadas, ora pela importância dos debates coevos em torno do conceito de “montanha” e da respetiva delimitação, bem como sobre as questões metodológicas relativas à cartografia de dados por freguesia, nas quais, aliás, se enquadra também a surpreendente *Carta da População de Portugal*, de 1929, que nos foi dada a conhecer por Nuno Gomes Oliveira, o qual desencaminhamos, circunstancialmente, dos seus interesses mais arreigados à área da biologia para os da história da cartografia temática (VI SLBCH).

A *Carta da População de Portugal*, de 1929, do Eng^o Constantino de Figueiredo Cabral (construída sobre as folhas da *Carta Corographica do Reino*, na escala 1:100.000) constitui importante documento a referenciar na história da cartografia temática portuguesa. Assentando a opção cartográfica na proporcionalidade da superfície dos círculos, como é geométrica e tecnicamente adequado, apresenta claros sinais de modernidade e apesar de surgir em contexto empresarial privado, deve ser integrada, por direito próprio, nos esforços de busca da adequada representação, por implantação pontual de valores absolutos da população, desenvolvidos na primeira metade do século XX por geógrafos reconhecidos e referenciados (Maria Helena Dias, 1991, pp. 11 e 25). Acrescente-se, a curiosidade da solução encontrada, um pouco ingénua, para lidar com as dificuldades de referenciação da informação estatística à base cartográfica ao nível da freguesia, outra das questões latentes, entre geógrafos, que se prolongaria pelo século XX.

Em termos estritamente cartográficos, decorre também destas questões o interesse da comunicação ao V SLBCH (2013), elaborada a partir de “Montanhas Pastoris de Portugal, tentativa de representação cartográfica” (de Orlando Ribeiro e M. Augusta Plácido Santos), cujos quatro mapas insertos, pretendendo representar a estrutura pecuária a Norte do Tejo, se salientam, singelamente, por serem os únicos mapas impressos a cores nas *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949* (1950), apresentando, simultaneamente, uma solução possível para contornar a inexistência de bases cartográficas com os limites administrativos das freguesias. Assinale-se, aliás, que nas mesmas *Comptes Rendus*, a continuação desse debate se torna evidente, sendo possível verificar uma disputa, implícita, entre Amorim Girão (“Portugal - Densidade da População por Freguesias (1940)”) e Orlando Ribeiro (“Une nouvelle carte de la répartition de la populations au Portugal”).

Concluindo, apesar de um dos contributos ser de nova lavra (relativo à comunicação de Vasco Cardoso no VIII SLBCH), agrada-nos, em boa verdade, encarar este texto *prefácio* como um *posfácio*, um momento de análise de percurso, de testemunho e divulgação alargada, como se referiu, mas também como *interlúdio*, reconhecedor da persistência de caminhos por percorrer e da vontade de contribuir para a história da cartografia urbana e da cartografia temática portuguesa, desde logo no reposicionamento da linha de investigação sobre a cartografia da vinha e do vinho num nível de divulgação superior, mais abrangente, e depois no aprofundamento e sistematização da investigação em relação à linha cartografia e turismo, continuando atentos, naturalmente, a outras cartografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida (2010), *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, Lda. & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2 vols.
- AFONSO, José Ferrão; Oliveira, Marta M. P. A. e Ramos, Sílvia (2013), “Guimarães *ad radicem montis Latito*”. *Monumentos*, nº 33, pp. 6-19. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- BRITO, M. Mónica (2013), “Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: alguns vetores de leitura”. *Monumentos*, nº 33, pp. 74-87. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- DIAS, Maria Helena (1991), *Contributos para o Atlas de Portugal: O Mapa da Distribuição da População Portuguesa em 1981*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, INIC, Linha de Acção de Geografia Regional e Histórica, Relatório nº 10.
- FERNANDES, Mário (2013), “O centro histórico de Guimarães: formulações, desígnios, planos e substância”. *Monumentos*, nº 33, pp. 20-37. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

- FERNANDES, Mário and Marques, Helder (2019), "Thematic cartography of Portuguese winegrowing (1850–1952)", Abstracts International Cartographic Association, 1, 77, Tokyo - <https://doi.org/10.5194/ica-abs-1-77-2019>.
- FERNANDES, Mário and Mealha, Rui P. (2019), "Urban cartography in the morphogenetic analysis of urban spaces: the case of the Boavista axis in the city of Porto", Proceedings International Cartographic Association, 2, 30, Tokyo - <https://doi.org/10.5194/ica-proc-2-30-2019>.
- FERNANDES, Mário and Mealha, Rui P. (2021), "Morphogenetic analysis as a basis for intervention in the old urban areas of Portuguese cities", Proceedings International Seminar of Urban Form ISUF 2020, Salt-Lake City, pp. 288-295 (<https://doi.org/10.26051/OD-PEF7-TKC4>).
- FERNANDES, Mário and Mendes, Rui P. (2021), "From a geostrategic position to an urban node: the urban form of Nampula, Mozambique", Proceedings International Seminar of Urban Form ISUF 2020, Salt-Lake City, pp. 385-413 (<https://doi.org/10.26051/OD-EXY9-DXWM>).
- FERNANDES, Mário; Mealha, Rui P. e Mendes, Rui P. (2016), "Beira, uma paisagem modernista na África Tropical". Paraná, *Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 8, n. 1 (Jan./Abr. 2016), pp. 155-166 (<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/urbe?dd1=15978&dd99=view>).
- RABELO, Marina de Lima (Org.) (2016), *Mapas do reino de Portugal e suas conquistas: catálogo do atlas factício de Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- SOCIEDADE MARTINS SARMENTO (2009). "De Guimarães. Planta Manuscrita, c. 1569". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.